

SESSÕES DO PLENÁRIO

79ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 03/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, caros amigos e amigas da *TV Assembleia*, colegas deputadas aqui presentes, nós, deputados de oposição, estivemos na última quinta-feira nos municípios de Ilhéus e Itabuna. Fomos lá para fazer o que nos foi delegado nas urnas em outubro de 2014. E fizemos uma nossa obrigação, como a população escolheu: a de fiscalizar as obras, os planejamentos, os trabalhos do governo estadual.

Para nossa tristeza, acabamos por ter a certeza de que infelizmente o governo do nosso Estado demonstra, mais uma vez, que esteve e está num caminho que só pode levá-lo ao buraco e ao atraso da nossa querida Bahia. Primeiramente em Ilhéus, cidade da qual o nosso querido deputado Pedro Tavares é o legítimo representante, tentamos ver a tão prometida ponte até Pontal, a Ponte Ilhéus/Pontal.

Embora prometida e cantada em prosa e verso pelo ex-governador Jaques Wagner e pelo seu então secretário Rui Costa, o que vimos foi mais uma obra abandonada. Mesmo com um canteiro de obras pronto, iniciado, é mais uma obra abandonada por este governo, que é o governo da falácia, da falta de respeito com a população, da invenção e da propaganda.

Fomos também ao Hospital Luiz Viana, que lamentavelmente é de dar vergonha em quem tiver a oportunidade de conhecer. É de dar vergonha porque numa cidade daquele tamanho ele acaba recebendo todos os doentes que necessitam dele, porque se trata dum hospital regional central. Embora pequeno, está caindo aos pedaços por limitações financeiras de toda ordem. E uma reforma foi prometida também pelo governo do Estado. Puseram tapumes onde levantaram as vigas, gastou-se dinheiro público, mas é mais uma obra abandonada. Mais uma obra com a cara do governo do PT.

Já em Itabuna vimos um Centro de Convenções, uma Casa da Cultura em que foram gastos quase 18 milhões de reais. O governo Jaques Wagner não deu prosseguimento à obra, e o governo Rui Costa continua deixando abandonada aquela Casa da Cultura que o município tanto quer.

Sobre a segurança pública e a saúde nesses dois municípios que são tão importantes para a nossa Bahia, é redundante chegar aqui e dizer, mais uma vez, que o governo abandonou essas áreas. Infelizmente esta é a cara da nossa Bahia: a cara de um governo desacreditado, a cara de um governo incompetente, a cara de um governo sem projeto nem planejamento. É um governador que vai a um colégio para sorrir com as crianças. Mas, se tiver lá um telhado quebrado, ele não manda consertar. É um governador que sorri e faz assinaturas a todo custo, mas só inaugura obras do governo federal porque o seu próprio governo está parado e com atrasos.

Quero aproveitar a presença do nosso presidente, o nobre deputado Marcelo Nilo, e fazer jus e coro à cobrança nossa, dos deputados da Oposição, para que ele lhe dê logo encaminhamento. Sr. Presidente, V.Ex^a que é sempre atencioso com os deputados e trata indistintamente a todos, ou seja, da mesma forma, dê logo

prosseguimento. Dê a oportunidade aos deputados da Oposição, que assinaram e cumpriram todos os requisitos legais para que essa CPI aconteça, de investigarem esse dinheiro público que está sendo gasto, dinheiro de todos nós. E dê oportunidade ao governo do Estado e aos seus deputados de mostrarem, realmente, em que está sendo gasto esse dinheiro e justificando, caso seja necessário.

Quero esse compromisso do Sr. Presidente, que é tão atencioso, que é tão respeitoso com os seus colegas. É tão respeitoso que sempre nos ouve, até nos momentos em que estamos na tribuna nos referindo a ele.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, agradeço mais uma vez a sua atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pablo, desculpe-me. Os nobres parlamentares estavam conversando comigo e não fiquei atento ao discurso de V.Ex^a. Os deputados Luciano, Alex e Pedro Tavares começaram a conversar comigo e... Peço-lhe desculpas. Lerei o seu discurso para saber. Se V.Ex^a me permite, pode dizer qual é o assunto numa questão de ordem? Peço desculpas. V.Ex^a estava se dirigindo a mim, mas os meus nobres pares estavam conversando comigo e terminaram desviando a minha atenção. Peço vênica, desculpas, gostaria que me informasse o assunto.

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, estava apenas requerendo, fazendo coro com o deputado Luciano Simões Filho, a sua decisão com relação à instauração ou não da CPI que demos entrada e cumprimos todos os requisitos legais, necessários e exigidos pela Casa. Como deputados da Oposição, queremos apurar as obras do governo que estão abandonadas e em que está sendo gasto o dinheiro público de todos nós. Queremos, também, dar oportunidade aos deputados e ao governo estadual de esclarecerem em que estão sendo aplicados esses recursos.

Foi esse o tema que eu chamei a atenção na tribuna e queria a atenção do amigo presidente. Gostaria que fosse tomada, com a maior celeridade possível, a devida providência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, agradeço a V.Ex^a a compreensão, porque gosto muito de ouvir os discursos dos parlamentares. Por um lapso meu, os deputados começaram a conversar comigo e terminei me passando.

Trago, inclusive, a decisão da CPI. Enviamos à Procuradoria Jurídica e, inicialmente, lerei o parecer. Depois darei a minha decisão.

(Lê) **“INTERESSADO: DEPUTADO LUCIANO SIMOES FILHO E OUTROS QUE SUBSCREVEM O REQUERIMENTO.**

ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DE COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

1 - Submete a Presidência a esta Procuradoria-Geral, pronunciamento acerca do requerimento nº 8.461/2015, protocolado junto à Secretaria-Geral da Mesa, através do qual o Ilustre Deputado Luciano Simões Filho, requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com o intuito de apurar:

- Paralisação de obras de ampliação, reforma e construção de escolas em 129 municípios baianos;*

- Dívida estimada em R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) recursos de verbas carimbadas originárias do ME/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;*

- Paralisação de obras de infraestrutura e saneamento básico em diversos municípios do Estado.*

2 - Fundamenta sua postulação no parágrafo 3º do art. 83 da Constituição do Estado da Bahia, c/c art. 132, XV, do Regime Interno da Assembleia Legislativa;

3 - Como é por demais sabido, ao lado de outros mecanismos, as Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil constituem uma forma de controle de atuação da Administração Pública bem como um instrumento de orientação e aperfeiçoamento da própria atividade parlamentar;

*4 - O ordenamento jurídico brasileiro consagrou dentre as **funções fiscalizatórias do Legislativo** tais comissões, seguindo a tradição inglesa. Nos termos da Constituição Federal, a formação das Comissões Parlamentares de Inquérito exige determinadas formalidades, a exemplo da apuração de **fato determinado a ser investigado**. Também é exigência constitucional que a mesma tenha **prazo certo para conclusão**, o que não significa dizer, no entanto, que tal prazo não possa ser prorrogado, se necessário, observando-se as regras contidas no Regimento Interno e na Lei nº 1.579/52;*

5 - Além do mais, o requerimento há de estar subscrito por um terço dos membros da respectiva Casa Legislativa, na forma do art. 58, § 3º da Constituição Federal, c/c com o art. 83, §§ 3º ao 6º da Constituição do Estado da Bahia e observadas as disposições regimentais;

*6 -Parte da doutrina entende que o objeto de uma CPI deve respeitar o **princípio da Separação das Funções do Estado** e, até mesmo dos direitos fundamentais, **não podendo ferir as competências da Casa Parlamentar do ente competente**. Assim, não poderia uma CPI federal, por exemplo, invadir a esfera de competência reservada para os Estados e Municípios, e vice-versa;*

*7 - No caso em evidência, a matéria envolve **pluralidade de supostas irregularidades**, envolvendo recursos Federais;*

*8 - Da leitura do requerimento acima identificado, afirma o nobre deputado que tais irregularidades foram apontadas em matéria jornalística publicada pelo jornal A TARDE, edição do dia 10 de maio de 2015 sob o título **ATRASO DE R\$ 200 MILHÕES EM REPASSES ÀS CONSTRUÇÕES PARALISADAS 193 OBRAS NA BAHIA**. De igual sorte, alega-se que o ex governador Jaques Wagner*

deixou de regularizar pagamentos de empenhos já liquidados, no intuito de fazer caixa;

*9 - Vê-se assim que, além de se basear em matérias veiculadas na imprensa, há uma **INDETERMINAÇÃO** dos fatos ou do fato que se deseja apurar. Além do mais caberia ao Tribunal de Contas da União através da sua Secretaria de Controle Externo da Bahia (que pode ser provocada para tal se já não o foi) constatar a veracidade de tais notícias;*

10 - Embora outras formalidades legais estejam cumpridas, não vislumbramos razões que possam atrair a competência da Casa Legislativa de modo a justificar a Constituição de uma CPI. Não há consistência no pedido e tao pouco anexação de documentos que mereçam a devida credibilidade para o propósito desejado;

11 - Como a matéria não exige maior indagação jurídica, ante o exposto, opinamos pelo indeferimento do pedido”. Esse é o parecer jurídico.

Seguindo o parecer jurídico, vou indeferir a CPI por dois fatores. Não vejo fato determinado, concreto. Na realidade, os nobres parlamentares relacionam diversas obras, mas não existe um fato determinado. E, segundo, porque são recursos do governo federal, então tem que ser uma CPI na Câmara dos Deputados ou no Tribunal de Contas da União e não no Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, indefiro a CPI pedindo vênia a V.Ex^a e a compreensão. Essa é a decisão do presidente da Assembleia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Robinho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- O meu boa-tarde a todos os deputados presentes, o meu abraço a todos. É motivo de satisfação estar presente com os senhores.

Quero, neste momento, na pessoa do governador Rui Costa, agradecer os momentos importantes que tivemos juntos em Caravelas, onde também estava presente o ex-governador Jaques Wagner, hoje, ministro da Defesa do nosso país. O governo federal repassou o aeroporto de Caravelas para a administração do Estado da Bahia.

E eu quero dizer a todos os senhores a importância do aeroporto de Caravelas para a região do Extremo Sul da Bahia. E isso não é um grande benefício para o Extremo Sul da Bahia, mas o aeroporto de Caravelas vem trazer benefícios importantes para o Nordeste de Minas Gerais e para o Norte do Espírito Santo.

Para que os senhores tenham uma ideia, o aeroporto de Caravelas fica a 120 quilômetros da cidade polo do Nordeste de Minas Gerais que é Nanuque e a 160 quilômetros da cidade polo do Norte do Espírito Santo que é São Mateus.

Então esse aeroporto fará a ligação do Nordeste de Minas Gerais, do Norte do Espírito Santo, do Extremo Sul da Bahia com todo o Brasil, tendo em vista que é uma região promissora e que tem obtido um crescimento muito grande não só o Extremo Sul da Bahia, mas o Norte do Espírito Santo. Estive lá, no sábado, com o governador Rui Costa e o ex-governador Jaques Wagner.

Quero também aproveitar a oportunidade para agradecer ao Dr. Fábio, secretário da Saúde, porque, quando foi realizada uma reunião com deputados da base, externei naquela reunião um grande problema no Hospital Regional de Teixeira de Freitas. O hospital tinha um déficit de 1 milhão e 700 mil reais por mês. E tivemos uma reunião com a participação de 21 municípios e com a presença do secretário da Saúde e prefeitos daquela região. Tivemos uma grande reclamação da importância do Hospital Regional de Teixeira de Freitas para a nossa região.

Levamos esse problema ao governador e ao secretário, Dr. Fábio, e agradecemos muito a sensibilidade do secretário da Saúde e do governador que sentaram com o secretário da Saúde de Teixeira de Freitas e minimizaram os problemas do Hospital Regional. Então, quero aqui externar o meu agradecimento à compreensão do governador Rui Costa e do secretário Fábio por enxergarem o problema da nossa região e fecharem o orçamento do Hospital Regional de Teixeira de Freitas. O orçamento era um problema muito grande e que, dessa forma, não soluciona o problema, mas minimiza os problemas do Hospital Regional de Teixeira de Freitas.

Muito obrigado pela oportunidade, um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, quero, nesta tarde, de forma muito feliz, parabenizar o novo corregedor das comarcas do interior do Estado da Bahia, desembargador Salomão Resedá, um conterrâneo nosso. Semana passada, ficamos muito orgulhosos - digo isso em nome da maioria da população da minha terra natal, Conceição do Coité – de termos como corregedor uma pessoa que conheço, de boa índole, que foi juiz da infância aqui em Salvador e fez um trabalho excepcional que o levou a ser desembargador. Tenho certeza de que, hoje, além de ser orgulho para nós que o conhecemos bem e toda sua família, é um orgulho para nossa cidade e para todos nós baianos. Não tenho dúvida do bom trabalho que fará como corregedor das comarcas do interior do Estado pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

Quero deixar nos Anais desta Casa o nosso registro de parabéns e desejar toda sorte do mundo.

Quero, também, dizer a todos que estão nos assistindo e aos nossos pares, deputados, que, amanhã, vamos ter aqui nesta Casa um ato muito importante, que é uma audiência pública na nossa sessão da Comissão da Saúde. Vamos tratar dos efeitos do crescente número de acidentes com motociclistas no Estado da Bahia e o quanto isso tem impactado na saúde pública do nosso Estado. Isso tem sido muito crescente ao ponto de, recentemente, o nosso secretário de Saúde do Estado da Bahia, Dr. Fábio Villas-Boas, passar para nós que, em um determinado momento, 80% dos leitos do HGE estavam sendo ocupados por acidentados com motociclistas. Então,

vamos estar aqui amanhã com o máximo de dados possível, vai ter representantes do Detran, da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Saúde, para que esta Casa possa, na sua Comissão de Saúde, discutir e aprofundar o debate. Para que possamos trazer soluções a curtíssimo prazo, não é a médio e longo prazo porque da forma que está, se esses números continuarem a crescer como estão, e olha que tenho visto, esse final de semana viajei pelo interior e por todas as cidades que passei, o clima e os números e o que as pessoas nos falavam era sempre isso, em todos os locais o número de transferência por traumas de acidentes de moto é crescente a cada dia. Os nossos hospitais, os nossos leitos ficam superlotados, não adianta construir ou ampliar hospital e não termos vagas, porque o número de acidentados cresce a cada dia, muitas vezes por irresponsabilidade dos condutores e por falta de fiscalização e de ter tantos condutores conduzindo de forma irregular. E, na maioria das vezes, conversava na cidade de Barrocas, quando estive com o secretário de Saúde na quinta-feira, ele me disse que na maioria das vezes são pessoas ingerindo álcool e usando moto.

Tenho certeza que a Assembleia poderia unir-se à Comissão de Saúde amanhã para dar força, ter uma representatividade e dali sair boas ideias para que possamos colocar em prática e assim dar soluções já a curtíssimo prazo para resolver esse problema grave.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, amigos da Imprensa, o deputado Marcelo Nilo acabou de ler o parecer jurídico desta Casa indeferindo o pedido da CPI que foi formulado pela Bancada de Oposição. Venho aqui a esta tribuna em nome de todos os deputados da Oposição reafirmar que cumprimos todos os requisitos necessários para a instalação da CPI, temos sim um fato determinado e as 21 assinaturas.

Semana passada, em entrevista ao jornal Tribuna da Bahia, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Inaldo Paixão, foi questionado sobre por que as contas dos 8 anos do governador Jaques Wagner foram aprovadas e agora veio esse pedido de CPI. A resposta do presidente foi muito sóbria. O presidente reafirmou que os poderes previstos na Constituição são autônomos e independentes entre si. A CPI é um meio de investigação do Poder Legislativo junto ao seu poder de fiscalização ao Poder Executivo. Existe o fato determinado, são 193 obras paradas em nosso Estado, o que corrobora para o escândalo do desemprego na nossa Bahia, são mais de 5 mil desempregados. E uma pergunta, deputado Pablo, que não tem resposta: por que não foram pagas as obras? Por que nos quatro cantos da Bahia temos obras paradas, inacabadas? A Bancada de Oposição fez uma visita aos municípios de Itabuna e Ilhéus presenciando as obras paradas em todo o Estado. Rodaremos por toda a Bahia

mostrando justamente o descaso do governo da Bahia para com os mais pobres, os mais humildes.

Venho aqui reafirmar o entendimento da Bancada de Oposição, questionaremos judicialmente o entendimento da Procuradoria da Casa que não vê fato determinado no nosso pedido de CPI. Deveremos entrar com um mandado de segurança solicitando a instalação dessa CPI. Entendo que a CPI tem que ser um palco de transparência, o governo tem que usar a CPI também para mostrar ao povo da Bahia o que é feito com os recursos públicos de todos nós. A CPI tem que ser usada pela Bancada de governo como uma forma de dizer o que eles estão fazendo com o dinheiro público. A CPI tem que ser usada pela Bancada de Oposição na sua mais firme atitude de fiscalização deste poder que tem que ser exercido. É natural o entendimento do deputado Marcelo Nilo, já que ele é um deputado de governo, mas temos que fazer valer o nosso papel, o nosso jeito, a nossa forma de pensar política – que é uma forma mais transparente, mais clara. Essa voz que vem das ruas está passando para nós políticos que temos que fazer o nosso mandato autêntico e com força.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos que nos assistem pela TV Assembleia, imprensa aqui presente, as ruas têm nos chamado a uma reflexão, e talvez a classe política não tenha despertado para esse clamor. E o que é que as ruas nos dizem, deputado Herzem? Dizem que precisamos encontrar uma nova forma de fazer política, com transparência, com ética, cumprindo com o papel para o qual nós fomos eleitos.

Quero neste instante, apesar de discordar e por isso não assinei, cumprimentar o trabalho que a Oposição vem desenvolvendo nesta Casa. Uma Oposição firme, combatente, uma Oposição leal que tem feito cumprir com as suas prerrogativas, deputado Luciano. Ela tem sido, na verdade, parceira deste governo, porque, ao fiscalizar as obras do Estado, ao apontar os erros cometidos pelo governo, ajuda o governador a buscar, com sua equipe, consertar aquilo que não esteja correto.

Particularmente acho, deputado Luciano, disse aqui na tribuna, quando V. Ex^a. deu entrada nesta CPI, que não havia um fato determinante para a sua instalação. E à época chamei atenção de que CPI não pode ser um instrumento inicial, quando achamos que existe um problema em alguma coisa. Acredito que existem outros caminhos e quero relembrar que, no início desta legislatura, quando questionado pelo deputado Fábio Souto a respeito das vistorias do Detran, órgão que é dirigido por um correligionário do PTN, o Sr. Maurício Bacellar, imediatamente, aprovei na Comissão de Fiscalização e Controle a sua vinda a convite para que ele pudesse prestar os devidos esclarecimentos.

Portanto, Sr. Presidente, eu disse isso à época. Quero parabenizar o entendimento do Presidente Marcelo Nilo e da presidência desta casa de indeferir esse pedido de CPI, porém sem deixar de registrar aqui o meu apoio à iniciativa de se cumprir com o papel de estabelecimento do contraditório nesta Casa.

Apesar, deputado Luciano, de em determinados momentos nós podermos divergir neste ou naquele ponto, jamais divergirei do fortalecimento desta Casa, deste Parlamento. Acho que vocês têm cumprido bem o papel, tenho dito e vou fazer isso, agora por ofício, Líder Sandro Régis, Líder Zé Neto, farei o pedido ao diretor do Detran para que faça os encaminhamentos, que a Bancada de Oposição pediu, ao órgão, porque parto do princípio, Sr. Presidente, de que quem não deve não teme. Tenho certeza de que o diretor não tem o que temer.

Então, para não acontecer, novamente, o que aconteceu na semana retrasada, com um pedido de CPI sem fundamentação, acho que nós precisamos dar os instrumentos para que os deputados possam, de fato, exercer o seu papel no Parlamento.

Quero dizer nesta tarde, que vocês contarão sempre com este parlamentar quando for em defesa do fortalecimento da Casa. Portanto, Sr. Presidente, quero fazer verbalmente, e farei por escrito, um apelo à direção do Detran para que faça o encaminhamento, com a maior brevidade possível, desse contrato, para que a Oposição e os próprios deputados da base possam fazer o seu papel de fiscalizar, de estar antenado com a situação do Estado, mostrando que não devemos nada e por isso não temos o que temer.

Era isso o que eu queria nesta tarde de hoje, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Imprensa presente, funcionários da Casa, assistência da Galeria Paulo Jackson, tenho, ao longo do tempo e dos dias, cobrado aqui de nós, dos pares e principalmente da Mesa Diretora que nos permitam exercer o papel ao qual fomos conduzidos, ou seja, o papel de legislador, de fiscal, de controlador externo do Poder Executivo. Esse é o papel que está inserido em nossa Carta Magna. Tenho visto a minoria aqui, Herzem, ser atropelada por uma maioria. Isso temos que aceitar, porque é uma vontade parlamentar, é uma vontade política, porque a maioria se fez.

Nós falamos, cobramos, pedimos coerência. Mas hoje confesso que estou estarrecido com a decisão do presidente desta Casa, porque o instrumento próprio das minorias no parlamento é a CPI, e esse instrumento não depende de vontade subjetiva. Se você cumprir os requisitos nele inserido, você haverá compulsoriamente de ser instalado, porque não depende de vontade política da maioria desta Casa, ele é instrumento, exatamente, das minorias.

Ora! O presidente apresentou, na sua argumentação, na sua decisão para indeferir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, dois argumentos. Primeiro, que não havia fato determinado. Ora! Obras paralisadas é fato determinado. Qual a subjetividade que existe nisso? Qual é a indefinição que existe em “obras paralisadas a cargo do governo do Estado”? Isso não existe. Nenhuma indefinição, nenhuma indeterminação. Este é o fato determinado que a Oposição aqui quer tomar conhecimento e fiscalizar, e em nenhum momento a Oposição lançou juízo de valor acerca das razões pelas quais essas obras estariam paralisadas. Esse foi um argumento do qual, peremptoriamente, ousou discordar. O outro argumento, que me deixou mais estarrecido ainda, é que o presidente afirma que essas obras são de responsabilidade do governo Federal. Ora! Uma coisa anula a outra. Se ele disse que não havia fato determinado, como ele sabe que pretendíamos investigar e conhecer obras de recursos federais? É uma incoerência abismal, é uma incoerência que nos choca, principalmente porque não existe obra federal que não tenha contrapartida do Estado, ou seja, tem dinheiro do Estado nela, sim. Todos aqui que foram gestores, que trabalharam com administração pública, que têm a mínima noção de como funciona a máquina pública sabem que as obras federais, para serem executadas pelo município, precisam da contrapartida municipal; que as obras federais, para serem executadas pelo Estado, precisam da contrapartida estadual.

Por isso, mais uma vez, quero protestar veementemente contra essa decisão. Nós, da Minoria, fomos impedidos pela Presidência, pela Mesa Diretora, de exercer aquilo que a Constituição garantiu para as minorias. Se prevalecer a vontade política em todas as decisões, de que adianta ser Minoria, ser Oposição, se seremos sempre Oposição?

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Alex Lima):- Concedo a palavra ao deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores funcionários desta Casa, amigos que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, quero saudar de modo especial o querido vereador Jairo do Banco do Brasil, da Cidade de Valença, que se faz presente aqui, hoje.

Quero solidarizar-me com nosso querido deputado Luciano Ribeiro por sua coragem de requerer a CPI das Obras Paradas, que, neste momento, foi negada pelo presidente desta Casa. Solidarizo-me com o colega Luciano Ribeiro para que ele continue firme nesse propósito de, juntamente com a Bancada da Oposição, continuar fiscalizando os atos do Poder Executivo, do governo do Estado da Bahia.

Tenho dito, aqui, meu caro deputado Luciano Ribeiro, que essa é a missão precípua desta Casa, talvez a mais importante, e nem sempre lhe damos a importância que tem, talvez pelo pouco tempo de governo. Mas é chegada a hora de nós, deputados da Bancada da Oposição, começarmos a ser mais rígidos em relação às

contas do Poder Executivo.

Tenho trazido à baila, aqui, a discussão sobre o problema das despesas de exercícios anteriores, do qual estamos nos aprofundado na investigação.

Quero reportar-me sobre a viagem inaugural que nós, deputados da Oposição, fizemos na quinta-feira passada, exatamente com o objetivo de fiscalizar as obras paradas, inacabadas e até as que não foram nem iniciadas, meu caro deputado Herzem Gusmão, que estava presente nas cidades de Ilhéus e Itabuna.

Confesso, Sr. Presidente, que fiquei estarelecido, para não dizer que fiquei com dó, em razão da situação que vimos nas cidades de Ilhéus e Itabuna, região que outrora, até pouco mais da metade do século passado, foi o sustentáculo da economia do nosso Estado. A pilastra da receita pública do Estado da Bahia era, exatamente, a produção de cacau da Região Sul, que, hoje, está tão abandonada, esquecida nesses 8 anos e meio de governo.

A população, de certa forma, foi iludida com as promessas da última campanha, como a colocação da pedra fundamental para a construção da segunda ponte que ligaria – ou que liga, no imaginário do baiano, e do ilheense, sobretudo –, boa parte da Cidade de Ilhéus ao bairro do Pontal.

Seguimos viagem e chegamos à rodovia que liga Ilhéus a Itabuna, se não me engano, a BR-415, e nem sinal de começo da obra de duplicação da tão importante via.

Chegamos a Itabuna ficamos estarelecidos ao ver o estado de depredação do Centro de Cultura daquela cidade. Ficamos com dó quando vimos o prédio que seria o centro de convenções de Itabuna quase pronto, mas abandonado há mais de 8 anos porque o governo passado não deu seguimento à obra.

O pior de tudo, ainda, foi ter tido o desprazer de conhecer o Hospital de Base de Itabuna. Lá na nossa região, em Valença, o Baixo Sul, geralmente as pessoas são reguladas – a tal da regulação! – para Itabuna. Quando ouvia falar do Hospital de Base de Itabuna, imaginava que fosse um prédio que, de fato, demonstrasse que ali funcionava um hospital. Fiquei decepcionado com o que vi.

Lá também, Sr. Presidente, vi apenas pilastras que foram colocadas no período da campanha eleitoral, supostamente para enganar mais uma vez o eleitor baiano, sobretudo o eleitor itabunense. Está lá a obra parada sem que nem mais uma pá de cimento tenha sido colocada. As populações de Itabuna, de Ilhéus e de todo o Sul – inclusive, do Baixo Sul – estão sofrendo, meu caro deputado Luciano, quando precisam de atendimento, principalmente, de caráter emergencial, que é o maior calo da saúde em todo o Brasil, e com certeza também aqui na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, colegas da imprensa, funcionários desta Casa, você que nos acompanha através da *TV Assembleia*, nesse final de semana iniciamos uma maratona visitando as obras. Algumas iniciadas e paralisadas; outras prometidas. Obras que geraram dividendos para o PT, partido que elegeu muita gente nessas regiões com uma vasta promessa de obras que seriam realizadas, mas agora estão paralisadas. Não passou a CPI, uma propositura do deputado Luciano Simões, mas, pelo menos, haveremos de cumprir essa nossa maratona nas nove regiões.

Em Ilhéus, onde iniciamos, observamos na ponte Ilhéus – Pontal um canteiro de obra literalmente abandonado. Essa foi uma promessa que Ilhéus pagou votando e acreditando no governo e nos seus representantes. De lá, fomos ao Hospital Luiz Viana, também na cidade de Ilhéus. Lamentável o estado deplorável do hospital regional daquela cidade, uma cidade histórica que merece atenção.

Seguimos para Itabuna e paramos em um dos marcos da BA-415, que tem na sua extensão, de praticamente 30 quilômetros, a UESC, Universidade do eixo Itabuna/Ilhéus. Paramos na CEPLAC, que é outro marco, que é outro símbolo da região cacauieira, para observar e não vimos nenhum sinal da obra prometida de duplicação daquela BA. Isso dificulta a comunicação entre as duas principais cidades do Extremo Sul, eu diria, do Sul do Estado da Bahia. Em seguida, chegamos à cidade de Itabuna, onde vimos uma obra – o centro de convenções e um teatro – para a qual os cofres públicos já destinaram mais de 18 milhões.

Essa obra também está paralisada. É verdade que não foi iniciada no governo do PT. Mas é verdade, também, que o governo que assumiu teria prometido que retomaria essa obra tão importante para a cidade de Itabuna.

Fomos até o Centro de Cultura, uma praça que tem apenas uma placa da Conder, e de lá fomos a Itapé. Itabuna clama pelo abastecimento de água. Lá em Itapé há uma barragem do Rio Colônia, que já consumiu mais de R\$ 20 milhões, e a obra está literalmente abandonada. Nós continuaremos esse giro pela Bahia. Segundo as Oposições, lideradas pelo deputado Sandro Régis, nós iremos agora a Vitória da Conquista e Jequié. A situação de Vitória da Conquista não será diferente da situação de Ilhéus e de Itabuna! O PT prometeu duas barragens, a do Rio Pardo e a do Rio Catulé, mas não fez nenhuma das duas. Agora estão anunciando que vai sair uma licitação. Essa é mais uma forma de manter o discurso, a falácia e as promessas.

No nosso aeroporto, deputado Sandro Régis, segundo a medição do governo, 70% da pista não tem licitação. O deputado Zé Raimundo anunciou que a licitação sairia em junho, mas agora eles estão anunciando que sairá em 2016, ano da eleição, para sustentar a promessa, para sustentar a cidade na ilusão, mas a cidade acredita e acaba votando. Essa é a situação da Bahia.

Nós haveremos de continuar, mesmo sem a CPI, mostrando o desgoverno! O governo está apenas com a intenção de competir com o melhor prefeito do Brasil, ACM Neto. Nós haveremos de continuar nessa fiscalização, porque é, inclusive, a obrigação das Oposições.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, Líder da Minoria, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para falar de dois assuntos. Primeiro, quero parabenizar o deputado Augusto Castro pela sua grande mobilização na nossa visita a Itabuna e Ilhéus. Lá, deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a que não pode comparecer, nós pudemos ver in loco a grande farsa do governo do PT.

Na eleição do governo passado, no período pré-eleitoral, o ex-governador desta terra, Jaques Wagner, foi a Ilhéus e assinou a ordem de serviço da Ponte Pontal. Fomos ao canteiro de obras, mas não tinha nada. Não existe absolutamente nada com relação à Ponte do Pontal. Depois nos dirigimos ao Hospital Luiz Viana Filho, como falou o nobre vice-Líder da Oposição, deputado Herzem Gusmão. A licitação completou três anos, e a obra de emergência e ampliação da emergência do hospital existe apenas na propaganda eleitoral do PT. O mesmo ocorre com a rodovia que liga Itabuna a Ilhéus, não há absolutamente nada! Fomos a Itabuna, pensando que lá seria diferente, mas a situação era a mesma de Ilhéus, as obras estavam paralisadas ou não foram iniciadas. Praça com placa da Conder há três anos, nada; centro de convenções, nada; centro de cultura, nada; a Barragem do Colônia, que teve ordem de serviço, imprensa e televisão, nada. Ou o deputado Rosemberg Pinto está brigado com o governador Rui Costa, ou está com falta de prestígio na região cacauzeira, porque não tem nada! Nada versus nada! Só obras que não saíram do papel.

Nestes 2 minutos que me restam, quero falar sobre a atitude da presidência desta Casa, que não levou adiante a CPI proposta pelo deputado Luciano Simões Filho. CPI que, no nosso modo de pensar, preenchia todos os pré-requisitos para que esta Assembleia tivesse a oportunidade de saber quais os motivos dos atrasos de mais de R\$ 200.000.000,00 das empresas que começaram a executar as obras na área da Educação.

Mas, para surpresa dos deputados da Oposição, a Casa indeferiu o pedido dessa CPI. Nós tínhamos a convicção de que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, como muito bem falou o deputado Luciano Simões Filho, seria mais um instrumento para que pudéssemos saber até aonde vai, deputado Luciano Ribeiro, a crise econômica do atual governo do Estado.

Iremos saber, oficialmente, o motivo, a alegação da presidência da Assembleia Legislativa em indeferir o pedido dessa CPI proposta pelo deputado Luciano Simões Filho e assinada pelos 21 Srs. Deputados da Oposição.

Quero registrar, deputado Herzem Gusmão, que imagino que em Vitória da Conquista teremos o mesmo desapontamento que tivemos em Ilhéus e Itabuna.

Não é brincadeira, não, deputado Fabíola Mansur, todas as obras anunciadas pelo governo do Estado, pelo governo do PT, não existem! Foram obras meramente eleitoreiras para iludir a boa-fé do povo da Bahia, especialmente na região cacauzeira.

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

Encerro as minhas palavras fazendo um apelo ao deputado Rosemberg Pinto, filho daquela região, Líder do PT, deputado forte e de grande prestígio: deputado, ajude a colocar as obras para andar naquela região, porque até agora essas obras só andaram na propaganda enganosa do governo PT.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.) Por permuta, falará o deputado Zé Neto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos assistem através do Canal Assembleia, uso esta tribuna neste momento para me manifestar sobre uma situação assustadora, que nos trouxe uma grande preocupação com o que pode acontecer em Feira de Santana.

Na última sexta-feira, estivemos no Ministério das Cidades, especialmente no Departamento de Mobilidade Urbana, onde falamos com o secretário nacional de Mobilidade Urbana e lhe fizemos uma consulta, pois queríamos saber o que estava arquivado e o que estava liberado para ser construído em Feira de Santana a partir do projeto do governo federal, que é o projeto do BRT. E lá solicitamos um relatório síntese do empreendimento de Feira de Santana. Pasmem: assustei-me, porque o que estava lá, conforme documento que trago até esta Casa para arquivar, conforme estava nos arquivos e nos processos do Ministério das Cidades, a implantação do BRT de Feira está totalmente diversa, diferente, do que está solicitado no Ministério das Cidades.

No Ministério das Cidades, houve a liberação de recursos da ordem de R\$ 90 milhões. A previsão do BRT era para que houvesse dois corredores: o corredor da Avenida João Durval e o corredor da Avenida Getúlio Vargas. O corredor da João Durval, medindo 4,8 quilômetros, com pavimentação, faixas exclusivas, calçadas, sinalização e estações; O BRT da Getúlio Vargas, com 4,45 quilômetros, com pavimentação, faixas exclusivas, calçadas, sinalização, estações. E a implantação de 3 obras de arte específicas, construção do Terminal João Durval e Getúlio Vargas. A localização desses dois corredores é que assusta, porque o corredor João Durval fica entre a Avenida João Durval Carneiro, a Rua Pedro Américo de Brito e a Rua Papa João XXIII; e o corredor Getúlio Vargas, no sentido Getúlio Vargas e Rua Olímpio Vital.

Quem conhece Feira sabe que um dos dois corredores, o da João Durval, foi

suprimido. Esse corredor, que custava no projeto inicial do BRT cerca de R\$ 63 milhões, foi suprimido para que o prefeito construísse, como quer agora, 2 túneis. Túneis não, trincheiras – que eles chamam de túneis – para fazer política. Trincheiras na Maria Quitéria, onde não passa ônibus e não há nenhuma formatação que possa atender ao transporte público da cidade. E vai custar aos cofres públicos cerca de R\$ 42 milhões, dos R\$ 90 milhões que foram liberados pelo Ministério das Cidades.

Lá, pedimos também que fosse passada às nossas mãos a cópia da carta consulta entregue em dezembro de 2012 àquele ministério. E na carta consulta foi mais assustador ainda o que vimos. Nessa carta consulta consta que em Feira de Santana existe um plano diretor; quando, na verdade, não existe plano diretor em Feira.

Constam nessa carta as duas avenidas, as duas vertentes do BRT, muito bem situadas. E em Feira de Santana ele suprimiu a mais importante: a que serviria ao povo, a que serviria à comunidade mais carente e a que serviria à parte mais populosa da cidade, que é a vertente do Tomba e região.

Portanto, o prefeito de Feira de Santana vai ter que responder junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, e explicar como foi que ele mudou esse projeto e não atendeu ao que estava disposto nos Arts. 43 e 45 na Gestão Democrática do Estatuto das Cidades. E no estatuto está bem claro: para alterações dessa dimensão é preciso ouvir a sociedade. Nem plano diretor participativo nós temos.

E para completar e encerrar, Sr. Presidente, amanhã fará 9 dias que estamos sem transporte coletivo em Feira de Santana. E agora estamos constatando que foi suprimido o dinheiro que iria servir ao mais importante corredor de tráfego do transporte coletivo de Feira de Santana, que é o vetor do Tomba, onde residem milhares de trabalhadores, onde, inclusive, está situado o Centro Industrial do Subaé, nesse vetor, infelizmente, não há mais BRT. Foi suprimido para atender a uma campanha eleitoral. Para atender a uma obra de campanha eleitoral!

E encerro agora, Sr. Presidente, dizendo que isso tudo está acontecendo em detrimento da nossa cidade, que sofreu uma agressão. Quer retirar o prefeito - quer retirar! - cerca de 200 árvores da Avenida Getúlio Vargas sem um Plano Diretor participativo, numa burla ao projeto inicial e original do BRT, e aí a sociedade se levanta.

Então, eu venho aqui à Assembleia Legislativa dizer que hoje pela manhã já encaminhamos todos os procedimentos jurídicos e legais para que sejam investigadas passo a passo todas essas circunstâncias e todos esses pontos. Assim, teremos com transparência uma resposta adequada para a sociedade.

BRT sim, na Getúlio Vargas! Retirando 200 árvores, não! BRT, sim! Mas burlando a lei, burlando o projeto inicial e retirando o BRT do Tomba, não!

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, Sr. Presidente.

Vamos adiante. Fica aqui posto. E vou arquivar nos Anais desta Casa tanto a Carta Consulta como a síntese que foi retirada no dia 21 de agosto de 2015, o Relatório Síntese do Empreendimento de Feira de Santana, do Ministério das Cidades, na Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, no Departamento de Mobilidade Urbana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Augusto Castro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente às Galerias, venho à tribuna na tarde desta segunda-feira, primeiro, para parabenizar a ação dos parlamentares da base da Oposição nesta Casa nesse programa de visitas ao interior do Estado. Duas cidades receberam a caravana oposicionista. A primeira foi Ilhéus, e em seguida Itabuna. Depois também fizemos visitas ao município de Itapé.

Lá em Ilhéus a Bancada da Oposição viu a realidade das obras anunciadas pelo governo do Estado com recursos do governo federal, a exemplo da Ponte Ilhéus/Pontal. Ilhéus é uma cidade turística conhecida nacionalmente e precisa dessa obra para o desenvolvimento de todo o Sul da Bahia.

Primeiro, deputado Herzem Gusmão, a construção existente hoje, a Ponte Governador Lomanto Júnior, tem 49 anos. Ilhéus precisa crescer e desenvolver o turismo. O governo prometeu a Ponte Ilhéus/Pontal, orçada em quase 200 milhões de reais ou um pouco mais de 175, e essa obra foi iniciada, licitada. Ali foram implantados canteiros, mas a construtora abandonou-a.

É muito triste para a região do cacau se ver na situação em que se encontra atualmente com a crise do cacau.

Fomos também ao Hospital Luiz Viana Filho, em Ilhéus, onde os deputados puderam constatar a realidade, as deficiências do atendimento e da estrutura física daquela unidade, que atende a cidade e a região próxima.

Fomos também à 415, na sonhada duplicação da estrada Ilhéus/Itabuna. Os parlamentares puderam conhecer uma rodovia tão importante para o desenvolvimento daquela região, deputado Herzem Gusmão. Ali próximo à Ceplac, no fundo, o governo do Estado decretou utilidade pública para a construção do Aeroporto Internacional, obra orçada em quase 300 milhões de reais.

Seguindo para Itabuna, fomos visitar uma obra que está há mais de oito anos no sonho da comunidade regional, o Centro de Convenções do Teatro Municipal. Ela foi iniciada no governo de Paulo Souto e paralisada. Nela foram aplicados 18 milhões de reais. O processo se encontra no Tribunal de Contas do Estado da Bahia e está parado, sem nenhuma sinalização do governo baiano para tão importante obra, porque Itabuna é uma cidade polo da região, além de ser cidade serviço na área da

Saúde, com muitos congressos de Medicina, seminários, e não se tem um espaço físico para atender a esses congressos e seminários. Fomos também visitar a obra, no centro da cidade, do Centro de Cultura Adonias Filho. Um centro de cultura que está há 2 anos desativado. Foi feito o emergencial para aquela obra de R\$ 1,2 milhão, e não há nenhuma sinalização por parte da Secretaria da Cultura do Estado. Em Itabuna também houve visita a uma praça no bairro da Zildolândia, uma obra da Conder que está paralisada. Fomos à cidade de Itapé, próxima ao município de Itaju, verificar in loco a sonhada barragem do Rio Colônia, obra que foi iniciada em 2013. O então governador Jaques Wagner esteve em Itabuna para assinar a ordem de serviço, e foi uma obra com conclusão estimada para 14 meses, destinada a melhorar o sistema de abastecimento de água de Itabuna e de Itapé.

Itabuna hoje não consegue atrair indústria, deputado Rosemberg – V.Ex^a tem conhecimento, pois tem bases naquela região –, porque há deficiência no sistema de água. É muito triste a gente ver isso somente na propaganda do governo. Está aqui a imprensa, que falou sobre isso de forma muito natural. “Promessa do governo na região do cacau: não se tem nada”.

Quero aqui aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para falar da reportagem que saiu hoje na TV Bahia e na imprensa da Bahia sobre o fechamento do Hospital Manoel Novaes, em Itabuna, e da Maternidade Ester Gomes. Primeiro, o repasse da saúde não está dando para suprir a carência, porque existe uma demanda reprimida. Quero deixar registrada aqui a situação da saúde pública de Itabuna, como também quero parabenizar o deputado Herzem Gusmão, que esta semana fez um excelente evento na área da saúde, a deputada Fabíola esteve presente e o deputado José de Arimatéia, também.

Muito obrigado, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABIOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, pessoas presentes às Galerias, servidores desta Casa, inicialmente o que me traz aqui é manifestar a minha preocupação por ser conhecedora do cenário em que se encontram as faculdades de medicina do nosso País. Ontem, tivemos a constatação, após um levantamento inédito feito pelo Conselho Federal de Medicina, de que em pouco mais de 5 anos foram abertas mais faculdades de medicina do que em 200 anos; desde a fundação da primeira, em 1808. Logicamente temos toda a preocupação de melhorar a distribuição de médicos em nosso País para levar a assistência médica... assistência em saúde, melhor dizendo, porque saúde não se faz com assistência médica, e sim num processo desde a prevenção até a promoção, e é multidisciplinar.

Mas o cuidado de levarmos saúde a todos os grotões deste País não passa por abriremos faculdades de medicina que muitas vezes não só não têm estrutura física,

como demonstram, muitas delas, não terem como foi feito o levantamento, alunos atendendo sem supervisão, com falta de leitos do SUS, que são obrigatórios para a qualidade do aprendizado da medicina que desejamos. Além de tudo isso, cobram preços extorsivos aos alunos, quando nem têm espaço para internato. Outro fato é que não está havendo a ampliação do quadro de professores na mesma proporção de alunos. A única justificativa para levar a faculdade de medicina para o interior é fixar-se o médico naquela área, o que não resta comprovado.

Cabe aqui a minha preocupação. Estaremos encaminhando requerimento à Comissão de Saúde para, junto com o Conselho Regional de Medicina, Ministério Público e Secretaria da Saúde do Estado, fazermos uma fiscalização; já que esse mesmo estudo demonstrou que 67% das faculdades privadas abertas tiveram uma nota em São Paulo abaixo de 3, o que é preocupante.

Queremos, sim, melhor distribuição e interiorização dos médicos, mas sem abrir mão da qualidade, pois não podemos arriscar a saúde das pessoas no futuro.

Já que estamos falando em saúde, aproveito para agradecer pela oportunidade que tive, como membro da Comissão de Saúde, de ir a Vitória da Conquista. Foi uma audiência pública proposta pelo eminente deputado Herzem Gusmão, que contou com a presença qualificada de membros da comissão, usuários, diretores de hospitais, Ministério Público, Cremeb e servidores. Foi muito gratificante estar lá, para discutirmos a saúde de Conquista.

Todos sabem que sou uma moderada. Já disse, aqui, o senador Otto Alencar: “a política avança mais com os moderados do que com os exaltados.”

Em visita, no dia subsequente, com o deputado Herzem Gusmão, ao Hospital de Base fiquei extremamente preocupada, porque pudemos constatar a veracidade das denúncias feitas por usuários sobre maus tratos, impossibilidade de internamento e falta de medicamentos. Mas pudemos também constatar que a responsabilidade por esse cenário deve ser compartilhada.

Deputado Bira Corôa, não cabe ficarmos com o atual sistema de saúde subfinanciado, carecendo de leitos, com hospitais superlotados, e sem termos uma média complexidade à altura. Por isso, concordo com a proposta do governador Rui Costa de criar os consórcios de saúde, as policlínicas, a fim de diminuir esse gargalo. Entretanto, não podemos ficar buscando culpados.

Comprometo-me com Conquista e quero ser parte da solução, junto com os deputados Herzem, Zé Raimundo, Fabrício, Maria del Carmen, José de Arimatéia e Alan Sanches, presidente da Comissão, criando um grupo de trabalho para identificar os problemas.

Há problemas gerenciais? Sim. Mas como pode suportar um hospital a demanda de uma cidade que tem 1 milhão de habitantes em suas redondezas? Como é possível não ter uma Unidade de Pronto Atendimento? A construção desta está parada, mas o secretário nos prometeu a retomada das obras.

Quero fazer parte desta solução. Vamos abrir a UPA de Conquista! Vamos

discutir com os secretários municipais, com os gestores o que podemos fazer para melhorar.

Sr. Presidente, com sua vênia, quero dizer que nem tudo é ruim no Hospital de Base. Ele consegue suportar um número de pacientes três vezes maior que a sua capacidade; consegue ter uma UTI neonatal linda e humanizada. Vamos encontrar as soluções para salvar esse equipamento.

Termino o meu discurso parabenizando todos os bibliotecários pelos 50 anos de regulamentação de sua profissão. O que seria dos médicos, dos educadores, dos professores se não existisse o bibliotecário para organizar e fazer com que nossa pesquisa, nossa consulta seja melhor?

Parabéns a todos os bibliotecários. Estaremos, amanhã, no Centro de Cultura da Câmara Municipal para comemorar os 50 anos de regulamentação da profissão. Aqui, na Bahia, há uma presidente que é minha xará, Fabíola, a quem mando um abraço.

Então, pela saúde de Conquista, pela qualidade da saúde para o povo do nosso País estarei sempre nesta tribuna, de forma moderada, conhecendo, como médica, o que sofre o nosso povo com a saúde caótica.

Qual é a solução? A solução, deputado Herzem, passa por unificarmos e assumirmos todas as responsabilidades para buscar as soluções para o povo da Bahia e do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de dizer que concordo com o inteiro teor da decisão da Mesa Diretora desta Casa, que indeferiu o pedido de CPI formulado pela Oposição para a investigação de possíveis obras inacabadas.

A CPI é um legítimo instrumento, na democracia, da Minoria parlamentar – e da Maioria em algumas circunstâncias – para apurar e melhorar a transparência no funcionamento do governo do Estado e de suas funções e muitas vezes até em instituições particulares e privadas com as quais o Estado mantém relação, desde que haja motivo, haja clareza, haja objeto determinado, porque obras inacabadas, obras que estão ainda em processo de construção, é natural em qualquer circunstância da vida de uma família, de um empreendimento, enfim. E nós da Situação é quem mais temos interesse para que nenhuma obra do governo federal, do Estado ou do município, sofra solução de continuidade.

Ora, e a nobre deputada Maria del Carmen, que é engenheira, que foi dirigente de órgãos do governo do Estado, tem um dossiê com todas as informações, e nós sabemos por que muitas obras momentaneamente foram paralisadas, algumas

atrasaram, algumas obras que foram anunciadas, mas tiveram problema com a questão ambiental, tiveram problema de licitação, o Ministério Público solicitou mais detalhes, ou seja, todos nós sabemos, não há uma obra na Bahia em que o governador Rui Costa não esteja interessado em tocá-la com mais agilidade e que a Casa Civil não acompanhe e que este deputado, setorialmente, não acompanhe nas suas regiões ou nas áreas de interesse.

Por isso, é natural que a Oposição se movimente. Aliás, a Oposição sabe, tem todas as informações de todas as obras. Por exemplo, o deputado do PMDB de Vitória da Conquista, deputado e radialista, às vezes, com todo o respeito, ele confunde as funções. E aqui como deputado não quero tecer nenhuma crítica ao profissional radialista que tem todo o direito de formular as suas ideias no seu programa de rádio, aliás, duas horas de programa de rádio que ele tem, uma de manhã e outra durante o dia, e eu de vez em quando é que dou uma entrevista em uma das emissoras, não tenho a imprensa para ficar difundindo as minhas ações e do meu governo, ele tem todo o direito, democraticamente, de cobrar, de exigir, faz parte da democracia.

Agora, quero dizer que eu não anunciei que a licitação do terminal do aeroporto começaria no mês de julho. Eu reproduzi informações que recebi do dirigente do PMDB que era da Secretaria de Aviação Civil. Se há algo de errado aí, está no Partido do deputado que dirigiu a Secretaria de Aviação Civil do governo federal, e lá estivemos com o deputado federal Waldenor Pereira com os dirigentes do governo acompanhando e cobrando, ele disse: "Final de julho, muito provavelmente, estaremos lançando o edital." E eu repeti: provavelmente, no final de julho, início de agosto lançaremos o edital. Mas é natural atrasos no serviço público, gente. Qual é o problema?

Da mesma forma que é muito fácil pegar o microfone, seja do rádio, seja também aqui da Assembleia e criticar a saúde. Mas quem foi que tirou 40 bilhões do SUS? O PMDB, o PMDB, que deveria defender os seus deputados, defendendo o governo federal, porque o PMDB faz parte do governo federal e, lamentavelmente, estamos constatando aqui vários deputados do PMDB criticando e minando, fazendo o trabalho de traição em relação ao governo federal e só querendo as benesses do governo federal.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir, a democracia é fundamental, mas sejamos sinceros, a política não pode ser a coveira da verdade, a política tem que esclarecer, debater com sinceridade, com argumento e com a verdade na mão. Foi por isso que, do discurso fácil, infelizmente, o ambiente político está com tanto descrédito no âmbito nacional.

Para concluir, esse é um debate bom. Tenho certeza que serão concluídas todas as obras para as quais o governador Rui Costa estabeleceu parcerias com o governo federal, como em Salvador! O DEM tem recebido muitas obras do governo federal, por isso Salvador melhorou muito depois que a presidenta Dilma e o governador Rui Costa, junto com Wagner, fizeram essa parceria para desenvolver a nossa capital.

Por isso, Sr. Presidente, tenho certeza de que haveremos de superar esse momento de crise e continuarmos com o Brasil de inclusão, mais justo e democrático.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores servidores desta Casa, imprensa, visitantes, primeiro, quero pedir autorização ao deputado Zé Raimundo para subscrever sua fala na defesa que fez e na justificativa aqui apresentada em relação à denúncia feita hoje pela Bancada da Oposição sobre obras paradas em nosso Estado e, conseqüentemente, em nosso País.

Faço essa solicitação, nobre deputado Zé Raimundo, porque admiro a capacidade que a Oposição tem demonstrado de transmutar os fatos, como se novidades eles fossem; e como se as situações de irresponsabilidade e de falta de compromisso com a gestão pública fossem especificidade do PT.

Chamo a atenção, e gostaria, inclusive, de que essa mesma Bancada tivesse a hombridade de vir aqui e agradecer ao governo da Bahia, ao governo do PT, do governador Jaques Wagner e do governador Rui Costa, por terminar na Bahia a novela mexicana – com todo o respeito à capacidade de criação mexicana – que foi criada neste Estado em relação à obra do metrô, que atravessou mais de duas décadas, que começou com pilares para viadutos instalados em diversos cantos da cidade por uma gestão deles; depois, com a chegada de ônibus articulados, para familiarizar o percurso e a linha que o metrô atenderia. Os ônibus desapareceram, e, na mesma condição, os pilares, sem os viadutos, deixaram de existir.

Depois, vieram várias outras gestões deles, e o metrô era pauta de debate e de discussão em toda campanha eleitoral, com a perspectiva de engabelar ou iludir a população baiana a respeito de uma obra para atender ao transporte.

Numa contrapartida, o que é que temos? O governo do Estado da Bahia tira das mãos da Prefeitura de Salvador a responsabilidade de conduzir essa obra, compreendendo o tamanho, importância e a responsabilidade que se tem com o povo baiano, e não apenas com o soteropolitano. E qual foi o grande resultado desse processo? O metrô está aí. E eles não dizem que o metrô, a tão sonhada obra, que ficou parada, adormecida, hibernando por décadas, acontece exatamente na gestão do PT. E tentam folhear um conjunto de obras que compreendemos estarem paradas por uma série de fatores.

Nós estivemos, deputado Zé Raimundo, como as deputadas Ivana Bastos, Fátima Nunes, Fabíola Mansur e Neusa Cadore, por mais de uma vez, acompanhando essas obras. Fomos a Brasília para diversas audiências nos ministérios e no Ibama, visando destravar obras que estão, em algumas condições, paradas – noutras, reduziu-se a sua intensidade –, a fim de garantir à Bahia a conclusão delas, como a da Ferrovia Oeste Leste e a do Porto Sul, dentre outras que poderíamos aqui citar.

Então, sem dúvida alguma, compreendemos a disposição da Oposição de tentar buscar criar fatos para jogar para a sociedade, por falta de debates mais intensos na política, e tentar transferir para o governo do PT tudo o que eles chamam de irresponsabilidade. Mas sempre há disposição para o debate.

Acho que é importante reconhecermos o papel e a importância da Oposição para pontuar, para chamar a atenção. Mas não podemos permitir que o discurso, por eles apresentado, seja a versão de que a perfeição consiste em estar ao lado deles, e a falta de capacidade de condução esteja do lado de cá. Muito pelo contrário. Quero, inclusive, chamar a atenção de que, em qualquer área de produção, de construção, de aplicação de políticas, estamos abertos para esse debate, sem nenhuma ressalva, porque tenho a convicção de que é com o governo do PT no plano federal, estadual e nos planos municipais que a Bahia e o Brasil tem avançado. E avançado em conquistas significativas que representam o momento que estamos vivendo, em que milhares de jovens estão dentro das universidades, mas, no governo deles, sequer podiam sonhar em chegar à universidade, porque eram oriundos da escola pública, da escola pública como expurgo que eles impuseram.

Em igual condição, vemos hoje a presença e o respeito ao trabalhador a partir da valorização do salário-mínimo. Antes do nosso governo, no governo deles, a luta do sindicato brasileiro, a bandeira prioritária era elevar o salário a US\$ 100, pois chegava a US\$ 70. Hoje, o salário-mínimo ultrapassa os US\$ 300, o que reflete na economia interna do Brasil, o que reflete na política de hoje. O trabalhador e a trabalhadora têm acessibilidade e estão incluídos como consumidor, e olhe que havia duas categorias de classe social econômica, desse País, que nem sequer tinham o direito de estar entre os consumidores: a classe D e a classe E.

Quero dizer que esse debate é importante para a sociedade baiana, para esta Casa e reaquece a nossa política. Por isso quero saudar a Oposição e dizer que estamos dispostos a fazer quantos debates forem necessários para confrontar o programa e o projeto político encabeçado e conduzido pelo PT, e sustentado pelos partidos de base social que compõem essa frente contra os programas e os projetos que eles impuseram ao povo brasileiro, ao longo de muito tempo, incluindo um processo expurgo no Brasil de ditadura militar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Não havendo número legal, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.